

UM MODELO PARA A ANÁLISE DA REFERÊNCIA NOMINAL EM NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Karin Gutz Inglez**

RESUMO: Neste estudo, propõe-se um modelo para análise da referência nominal na produção discursiva oral e escrita de falantes nativos de português e alemães que aprendem o português como segunda língua. O modelo de análise elaborado prevê uma análise: pragmática e sintática, permitindo que sejam traçadas correlações entre ambas. A análise também pode ser acompanhada pela numeração dos sintagmas nominais referenciais, para que sejam traçadas as cadeias de correferência. Por fim, é apresentado o programa para o aplicativo *Microsoft Word* desenvolvido para este estudo, que procura facilitar a criação de um banco de dados de sintagmas nominais referenciais analisados.

Palavras-chave: Referência, Língua Oral, Língua Escrita, Narrativas.

Introdução

O presente artigo expõe o modelo de análise desenvolvido para o estudo da referência nominal em textos orais e escritos de falantes nativos e não-nativos de português. Para tanto, parte-se inicialmente de uma breve descrição de alguns dos desdobramentos teóricos obtidos em trabalhos realizados sobre a referência.

* Este artigo apresenta alguns resultados da dissertação *A referência no discurso oral e escrito de falantes nativos de português e aprendizes alemães do português brasileiro*, bolsa Fapesp (Proc. n. 00/08664-5).

** Universidade de São Paulo (Pós-Graduação).

A referência esteve no centro das discussões lingüísticas e filosóficas a partir do início do século passado. Sob a perspectiva da lógica e da filosofia, o discurso deveria ter uma referência a algo que lhe é externo, daí a necessidade da definição de sentido e de referência. Os questionamentos filosóficos acerca do assunto tinham como sentido clássico a preocupação com a realidade, veracidade, a existência e a unicidade das expressões denotadas pelo referente. É sob esta perspectiva que giram os postulados de Frege ([1892]1978), Russel (1905 Apud LINSKY, 1967) Strawson (1950) e Quine (1960).

A dicotomia sentido *versus* referência aos poucos também permeou o campo dos estudos lingüísticos e o tema continua sendo objeto de constantes indagações. Na lingüística, considerações importantes são traçadas por Lyons (1977). Em seu estudo, a referência é compreendida como dependente do enunciado. Sempre que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, parte-se do princípio de que tal frase, pronunciada em um dado contexto, tem um valor de comunicação. O termo referência é tomado como “a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (p. 145).

A concepção da referência sob uma perspectiva discursiva se intensificou em estudos lingüísticos posteriores. Um exemplo são as observações feitas acerca da referência por Brown e Yule (1983). Para os autores, o sucesso da referência depende da compreensão, por parte do ouvinte, da mensagem corrente. Esse ponto introduz o que Brown e Yule denominam “identificar o referente pretendido pelo falante” (*identifying the speaker's intended referent*) (p. 205) que é de importância crucial para qualquer interpretação de expressões referenciais no discurso. A função da referência depende da intenção em uma dada situação particular e o recurso referencial empregado para tanto está relacionado a essa intenção.

Esse princípio da identificação do referente pretendido pelo falante tem relação com a representação discursiva dos interlocutores. Brown e Yule propõem que pode ser estabelecida uma distin-

ção analítica entre o que está no mundo e o que deve ser descrito como uma representação do que é o mundo na mente das pessoas. Em uma situação discursiva particular, os indivíduos criam representações discursivas. Essas representações são consideradas representações individuais do discurso e se encontram atreladas a uma representação mais geral do mundo.

Aplicando esses fatos à referência, os autores estabelecem que quando um falante, com base em sua representação, usa uma expressão para mencionar uma entidade individual, esse falante levará em consideração as características da representação discursiva em desenvolvimento por parte de seu ouvinte. Essas características seriam, por exemplo, convenções socioculturais, preocupações com o contexto e convenções comunicativas. O ouvinte irá pressupor que o falante estará operando com tais características e as terá como base para identificação do referente pretendido pelo falante.

Brown e Yule observam o ato de referenciar em sua relação com o co-texto e o contexto, assim como a relação do referente com a representação que cada indivíduo faz do mundo. Essas propostas vêm sendo constantemente retomadas em pesquisas recentes. Dois autores brasileiros, Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Koch, têm dedicado uma série de estudos ao tema da referência e, sobretudo, a algumas de suas estratégias de realização. A noção de referência adotada em Marcuschi e Koch (1998) e Marcuschi (1999 e 2000) não é tomada no sentido tradicional de designação extensional de referentes do mundo extra-mental, como o era na vertente filosófica de análise do fenômeno. “A referência é tida como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (1998, p. 5).

Marcuschi e Koch postulam que o cérebro não realiza um espelhamento da realidade, ele reelabora os dados sensoriais vindos do mundo para fins de apreensão e compreensão. O que se assemelha à postura de Brown e Yule de supor a criação de representações discursivas por parte dos interlocutores.

Porém, mais do que à cognição, Marcuschi e Koch parecem conferir papel decisivo ao discurso, pois é nele que os referentes seriam de fato construídos. Os referentes são compreendidos como “objetos de discurso” e não “objetos de mundo”. A referência é tomada como um processo, relacionada à noção de processo de produção discursiva, o que faz com que o termo por eles empregado seja referenciação.

A referenciação apresenta-se como um termo mais adequado por representar a natureza dinâmica dos referentes, isto é, eles são introduzidos, modificados, reciclados e reativados ao longo dos movimentos discursivos.

Um aspecto bastante relevante, também enfatizado por Marcuschi (1999), é a importância dos recursos referenciais na constituição da coerência textual. A coerência se estabelece como uma condição e uma necessidade discursiva. Ela se constrói devido a relações de sentido internas e externas ao discurso. “Essas relações são mediadas por elos representados por proposições, fatos, em que a atividade referencial consistiria uma espécie de base. É nesse ponto que se situa a relevância da referenciação como uma das fontes desses elos” (p. 13). A referenciação funciona como um fio condutor necessário microtextualmente (na formação de relações locais) e macrotextualmente (na construção de representações).

Desse modo, é possível perceber que coerência e referência se mostram como relações co-dependentes e estreitamente relacionadas. A essas duas condições textuais se alia uma terceira: a condução tópica. A progressão referencial diz respeito à introdução e manutenção de referentes textuais, ao passo que a condução tópica está relacionada aos assuntos tratados ao longo do texto.

Essa relação tripartite é fundamental para a constituição textual, o que motivou a pesquisa de um de seus eixos: o funcionamento da progressão referencial na aquisição do português como língua materna e como segunda língua. Este breve artigo se detém, portanto, a apresentar o modelo de análise desenvolvido para o exame da

referência nominal no discurso oral e escrito de falantes nativos e não-nativos (alemães) de português.

1 BASES DO MODELO DE ANÁLISE

1.1 Corpus

Embora seja possível vislumbrar a aplicação deste modelo para o desenvolvimento de outras pesquisas lingüísticas, seu objetivo primeiro foi fundamentar o estudo da referência nominal em 40 narrativas em língua portuguesa. As narrativas foram produzidas por dez alunos falantes nativos de português (cinco da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental e cinco da 1ª e 2ª séries do ensino médio) e por dez alunos falantes nativos do alemão e aprendizes do português brasileiro (também cinco da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental e cinco da 1ª e 2ª séries do ensino médio). Todos são estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro.

Cada aluno produziu duas narrativas, primeiramente uma narrativa na modalidade oral e, em seguida, uma na modalidade escrita. As redações foram produzidas após a apresentação de um filme mudo, preto e branco, com 13 minutos de duração.

A seleção do filme para apresentação levou em consideração alguns critérios. Primeiramente, como o objetivo da pesquisa foi analisar os recursos referenciais empregados pelos alunos, bem como o encadeamento do processo referencial nos textos, procurou-se uma história que se centrasse em um número reduzido de referentes e com uma série de aparições dos mesmos protagonistas.

Como a pesquisa envolvia a análise das produções de falantes nativos e não-nativos, era de suma importância que o filme fosse mudo, para que parte dos espectadores não fosse beneficiada. O filme mudo também garante que os informantes empreguem seus próprios recursos lingüísticos e não se valham dos recursos dados pelo filme.

A história apresentada aos alunos é de fácil compreensão e apresenta uma sucessão bastante lenta de eventos. Esse fato foi considerado por haver duas faixas etárias envolvidas e todos deveriam compreender a história que lhes estava sendo apresentada.

O filme selecionado foi um desenho animado de Lotte Reiniger (1899-1981), *Dr. Doolittle*, por ser sobre uma figura literária conhecida praticamente no mundo todo, evitando, assim, problemas de compreensão.

Os alunos assistiram juntos ao filme e foram convidados a narrar a história de forma individual, primeiro em língua oral (narrativa gravada) e depois em língua escrita.

A opção de realizar, primeiramente, a narrativa em língua oral e depois a narrativa em língua escrita foi adotada a exemplo dos estudos realizados com textos de natureza oral e escrita por Fávero, Andrade e Aquino (1999) e Marcuschi (2001).

O objetivo para se fazer primeiro as narrativas orais foi a manutenção da espontaneidade dos textos orais e do planejamento praticamente simultâneo à produção discursiva, que caracteriza boa parte dos textos nessa modalidade de língua.

Já o texto escrito, por ser, em geral, uma interação à distância, dispõe da possibilidade de um maior tempo de planejamento. Assim, se a narrativa escrita tivesse sido realizada primeiro, ao produzir o texto oral, o aluno já disporia de um planejamento anterior à sua produção discursiva, e mais, o fato de ter produzido o texto escrito poderia trazer interferências da escrita para a oralidade.

Por esse motivo, tornou-se mais conveniente fazer, primeiramente, a coleta do material oral, embora tenha sido considerada a hipótese de que, por terem sido produzidas depois das orais, as narrativas escritas pudessem apresentar uma estrutura mais adequada.

Com o término do levantamento do *corpus*, deu-se início à fase de digitação e transcrição das narrativas orais. As normas empregadas para a transcrição dos textos na modalidade oral são as estipuladas pelo Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta), com algumas adaptações e alterações.

1.2 Sintagmas nominais referenciais, atributivos e predicativos

Tendo por base os estudos com uma vertente mais teórica sobre a referência, apresentados brevemente na introdução, e o *corpus* ao qual o modelo seria aplicado, deu-se início à sua elaboração.

O primeiro esclarecimento necessário é em relação à distinção entre sintagmas nominais referenciais, atributivos e predicativos. A possibilidade de que os sintagmas nominais possam ser usados referencialmente e de uma maneira não-referencial foi discutida amplamente por Donnellan ([1966] 1998) e pelos sucessivos autores que a ele se referem.

O exemplo mais célebre em torno do qual gira a discussão é “O assassino de Smith é insano”. A observação que se coloca é a de que há duas possibilidades de interpretação para a frase mencionada. A leitura referencial estabelece que o sintagma nominal definido “O assassino de Smith” refere-se a um indivíduo específico, que pode ser identificado pelos interlocutores. A outra possibilidade de interpretação é a de que esse sintagma nominal não estaria sendo usado para indicar um referente específico, mas significando “quem quer que tenha assassinado Smith”, um uso atributivo. Nessa interpretação, não fica claro se existe um referente para o sintagma nominal e nem quem seria essa pessoa.

Donnellan ([1966] 1998) restringiu-se, sobretudo, ao estudo da atributividade de sintagmas nominais definidos; porém, de acordo com Blühdorn (2001), a oposição entre os usos referencial e atributivo não se verifica apenas em sintagmas nominais definidos, sendo, inclusive, mais típica em sintagmas nominais indefinidos. Como exemplo, o autor apresenta a discussão feita por Chur (1993, p.12) acerca da frase *Gitta will einen Millionär heiraten* (“Gitta quer casar com um milionário”). A interpretação referencial é a de que Gitta já escolheu o milionário com quem quer se casar. Na leitura atributiva, o noivo, ainda hipotético, deverá ser muito rico.

Blühdorn (2001) apresenta a distinção entre sintagma nominal referencial e sintagma nominal atributivo sob os termos “refe-

rência incondicional” e “referência condicional” Em um exemplo extraído do *corpus* que fundamentou este estudo pode-se visualizar a distinção entre um uso condicional (1) e o incondicional (2):

- (1) “Um senhor navegava em uma caravela com seus animais, porco, macaco, arara, jacaré, pato, cachorro, que eram também seus amigos. A procura de *terra firme*(1), derrepente avistam *terra firme* (2).” (Narrativa escrita produzida por um falante nativo de português da segunda faixa etária)

Na primeira menção do referente *terra firme*, ainda não se sabe se o senhor e sua turma encontrarão a terra que procuravam, o que a coloca numa posição condicional (pode ser que a encontrem). Por sua vez, a *terra firme* (2) avistada constitui-se como incondicional, pois foi encontrada.

Uma outra vertente de sintagmas nominais que não foram considerados referenciais são os predicativos. Um sintagma nominal predicativo pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo:

- (2) L1: um senhor que:: tinha um marinheiro... que ele saiu da terra dele com seus animais... que ele considerava *os amigos*... que eram *amigos dele*... (Narrativa oral produzida por um falante nativo de português da primeira faixa etária)

Nesse trecho, a interpretação adotada é a de que os sintagmas nominais *os amigos* e *amigos dele* não foram usados para se referir a um indivíduo, e sim com função predicativa, para atribuir uma característica aos animais.

A definição de se os sintagmas nominais seriam considerados referenciais, atributivos ou predicativos se deu com base no contexto discursivo no qual estavam inseridos. Somente os sintagmas nominais referenciais são analisados neste modelo.

1.3 Fundamentos para o modelo de análise

Partindo do pressuposto de que o sintagma nominal é o recurso lingüístico prototípico para a realização da referência, para elaboração do modelo, foi dado especial destaque ao trabalho de Prince (1981). Em seu estudo sobre o grau de novidade da informação contida no sintagma nominal, a autora se dedica a criar o que ela denomina *a taxonomy of the values of assumed familiarity* (uma taxonomia dos valores de suposta familiaridade). Embora o trabalho de Prince destine-se à análise de qualquer tipo de sintagma nominal, algumas adaptações em sua taxonomia permitiram o seu emprego para a análise do *status* informacional dos sintagmas nominais referenciais, um dos campos de análise do modelo. Por esse motivo, apresentam-se resumidamente os principais aspectos da taxonomia da autora.

1.3.1 *Taxonomia dos valores de suposta familiaridade*

Reconhecer como uma das características das línguas naturais que informações objetivas não são transmitidas em um único plano; esse fato permite constatar que a assimetria informacional é inerente ao discurso, ou seja, informações novas e velhas se encontram misturadas. A diferença entre o que é dado (*given*) e o que é novo (*new*) pode ser percebida em vários níveis: sentença, discurso, modelo de discurso dos participantes na interação.

A distinção entre informação dada e nova é bastante presente na literatura e foi tratada sob diferentes enfoques. Prince considera, no entanto, que o assunto nunca recebeu uma abordagem satisfatória e propõe uma releitura para tais noções, apresentando a sua taxonomia dos valores de suposta familiaridade.

De acordo com o modelo proposto, quando um falante introduz pela primeira vez uma entidade em um discurso, esse elemento é tomado como *novo*. Entidades novas são de dois tipos. Em um dos casos o ouvinte terá de criar uma nova entidade, o que a autora

denomina *brand-new* (novo). A outra possibilidade é o ouvinte perceber que tem uma entidade correspondente em seu conhecimento de mundo e simplesmente recolocá-la, esse processo recebe o nome de *unused* (ainda não utilizado).

As entidades *brand-new* (novas) devem ser criadas pelo ouvinte e podem ser de dois tipos, *anchored* e *unanchored* (ancoradas e não-ancoradas). Uma entidade de discurso é ancorada se o sintagma nominal representado for ligado, em termos de significado, a outro sintagma nominal (por exemplo, por um genitivo). Trata-se daqueles casos em que o sintagma nominal é introduzido para o interlocutor com o respaldo de alguma informação que seja de seu conhecimento. Um exemplo seria:

(3) Eu entreguei *meu livro* a ele.

Embora supostamente novo para o interlocutor, o referente *meu livro* é introduzido com o apoio de uma âncora, no caso o genitivo possessivo *meu*.

Unanchored é o elemento introduzido sem âncoras, ou seja, a entidade nova de fato. Nos exemplos:¹

(4) *Noam Chomsky* foi para NY.

(5) Eu peguei *um ônibus* ontem e *o motorista* estava bêbado.

(6) *Um rapaz com o qual eu trabalho* disse que conhece a sua irmã.

(7) *Um desses ovos* está quebrado.

O referente *Noam Chomsky* quando usado no discurso destinado a um ouvinte estudante de lingüística, por exemplo, é considerado *unused*, segundo a proposta de Prince, o falante assume que é do conhecimento do ouvinte. *Um ônibus*, no exemplo (5), é classificado como novo de fato. *Um rapaz com o qual eu trabalho* é ancorado, sendo a âncora o referente *eu*.

¹ Esses exemplos foram extraídos e traduzidos de Prince (1981, p. 233).

Uma outra caracterização proposta pela autora é *evoked* (evocada). São dois os modos por meio dos quais uma entidade pode ser evocada: ou o ouvinte teria evocado anteriormente, com base no texto, pelas “instruções” do falante (ou seja, anteriormente tal entidade foi nova ou inferível), ou o ouvinte evoca por si mesmo com base em razões situacionais. O primeiro caso seria textualmente evocado e o segundo, situacionalmente evocado.

O terceiro, e mais complexo tipo de entidade, é a inferível. Uma entidade de discurso é inferível se o falante assume que seu ouvinte poderá inferir, por uma via lógica, ou por meio de outras entidades evocadas antes, ou de outras entidades inferidas anteriormente.

No exemplo (5) mencionado, *o motorista* é inferido de *um ônibus*. Os graus de suposta familiaridade considerados pela autora são sintetizados no quadro a seguir:

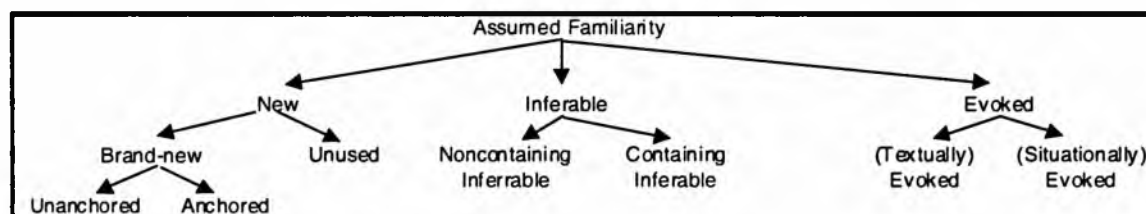


Figura 1. Escala dos graus de suposta familiaridade.

O modelo de Prince destina-se, basicamente, à verificação do grau de acessibilidade cognitiva de cada sintagma nominal ao ouvinte, trata-se da determinação da função pragmática. Sua proposta foi de grande valia para a elaboração de um modelo de análise, pois representa uma alternativa teórica passível de ser aplicada para a classificação e interpretação de entidades novas e dadas.

1.3.2 A necessidade de uma descrição formal

No modelo de Prince, a consideração de um sintagma nominal como *novo*, *inferível*, *unused* ou *evocado* tem por base um as-

pecto formal (a definitude ou indefinitude dos sintagmas). Sintagmas nominais definidos foram interpretados como *evocados*, *unused* ou *inferíveis* e, quando na presença de uma âncora, como *ancorados*. Já os sintagmas nominais indefinidos foram interpretados como *novos*. Esse aspecto faz com que a análise não possa prescindir de uma descrição formal dos sintagmas nominais. A esse problema já alertavam Brown e Yule (1983): “a única evidência que se tem do *status* que o falante ou escritor atribui às diferentes entidades é a forma da expressão que ele produz” (p.187-8).

Esses autores fizeram uma tentativa de estabelecer uma taxonomia do *status* informacional independentemente das formas de expressão empregadas pelo falante, e concluíram que é impossível fazê-lo. Por esse motivo, o presente modelo inclui a análise pragmática, da suposta familiaridade dos referentes, e uma descrição sintática de todos os sintagmas.

Há autores, como Marslen-Wilson et al. (1982) e Ariel (1991) que procuraram realizar seus estudos sobre a referência com base principalmente na forma lingüística do sintagma nominal. Em seu estudo sobre a manutenção e o estabelecimento de referentes em um texto produzido por um estudante de psicologia, Marslen-Wilson et al. fizeram uso de um modelo centrado, sobretudo, no grau de especificidade da forma da referência, além de informações sobre o grau em que os referentes estão inseridos na estória (*estória*, *episódio*, *evento*), se o referente está em foco ou não, e outras informações adicionais.

Também é a partir da observação da forma dos sintagmas nominais referenciais que Ariel cria um modelo universalista que pretende graduar as expressões referenciais em termos de quão explícita é a expressão. Ou seja, quanto mais reduzido for um sintagma nominal, com o grau extremo de redução sendo o grau zero, mais acessível é esse referente ao seu receptor. No entanto, quanto mais formalmente explícita for uma expressão (sintagma nominal completo com artigo, nome e atributo adnominal) mais ela estaria indicando a baixa acessibilidade do referente ao interlocutor. Ariel

engloba em sua escala de acessibilidade somente as expressões tradicionalmente consideradas definidas. Expressões indefinidas (que se referem a referentes novos) não são contempladas por seu modelo.

De acordo com Blühndorn, o que permite a interligação da acessibilidade dos sintagmas nominais referenciais com a sua forma lingüística é o princípio de economia que permeia o âmbito formal e discursivo. O princípio se resume em: quanto mais informações relevantes o interlocutor já possui acerca do referente, menos informações o falante precisa lhe dar e menos material lingüístico ele precisa usar para tanto. Contudo, quanto menos informações relevantes o interlocutor possuir, mais informações o falante precisa lhe dar e, portanto, mais material lingüístico ele precisa usar.

Por sua vez, embora com trabalhos de natureza mais teórica e definidora, Marcuschi e Koch (1998) apresentam algumas exemplificações de análises com base nos diversos processos e estratégias de referenciação por eles verificados. O modelo geral para o processo de referenciação, construído pelos autores, é bastante complexo e apresenta dentre outros aspectos os três modos gerais de referenciação definidos, a saber: referenciação especificada, referenciação inferida e referenciação construída (introdução do referente).

A partir dos modos de referenciação, são estabelecidas as diversas estratégias de realização textual que caracterizam cada modo, o que, de certa maneira, também procura aliar, em um único modelo, o processo de referenciação em curso ao modo como ele é representado formalmente. Por exemplo, a referenciação especificada teria por estratégias: a anáfora nominal (repetição lexical), a anáfora pronominal, a anáfora nominal (sinonímia e paráfrases), nominalizações e uso de descrições definidas.

No entanto, após analisar as diferentes propostas de estudo de sintagmas nominais referenciais que muito contribuíram para esta pesquisa, a opção adotada foi de que a acessibilidade do referente e a forma sintática que realiza a referência seriam descritas,

em linhas gerais, separadamente. Isso se deve ao fato de não haver uma correspondência direta, como alguns autores propõem, entre a forma sintática do sintagma nominal e sua função pragmática. Por exemplo, ao usar um sintagma nominal definido em:

(8) O papagaio pegou *a chave*.

O referente *a chave* pode ser apresentado de forma definida por já ter sido pré-mencionado, mas também pode adquirir essa forma por ser um referente inferível, pela pré-menção do referente *a prisão*.

Assim, ao descrevermos separadamente forma e acessibilidade de sintagmas nominais referenciais, é possível visualizar as correlações existentes entre ambas. A observação das correlações também possibilita a análise da adequação da forma sintática à acessibilidade, permitindo que se verifique, por exemplo, se o falante não usou um sintagma nominal definido para introduzir um referente novo para o interlocutor, dificultando a sua compreensão. Exemplo:

(9) Depois eu encontrei *o homem*.

Quando, na realidade, o interlocutor desconhece *o homem* ao qual o falante está se referindo.

2. MODELO DE ANÁLISE

2.1 Grau de novidade da informação

A primeira parte do modelo detém-se, portanto, à análise da função pragmática do referente e tem por base, sobretudo, a taxonomia criada por Prince sobre a suposta familiaridade dos sintagmas nominais, com algumas adaptações e simplificações.

A classificação empregada foi denominada *Classificação do grau de novidade da informação*, pois seu objetivo principal é de-

terminar a acessibilidade do sintagma nominal referencial ao ouvinte.

Na abordagem adotada, procurou-se dar maior relevância ao fator identificabilidade ou não-identificabilidade dos referentes que, embora permeasse a proposta de Prince, não foi explicitada em sua análise. Ao atribuir um novo *status* à identificabilidade, foi possível realizar uma redistribuição das diversas categorias estabelecidas, e graduá-las de acordo com a novidade de informação transmitida pelo sintagma, o que pode ser observado na tabela:

Tabela 1. Grau de novidade da informação.

Identificável						Identificável por intermédio de âncora	Não-identifi-cável
Pela Situação	Textualmente		Intertextualmente			Classificado como um referente identificável	Novo
	Referencial pré-mencionado	Não-referencial. pré-mencionado	Unused (antes não ativado)	Inferível			
				Dedu-tiva.	Indu-tiva.		
1A	1BI	1BII	1CI	1CIIa	1CIIb	2	3

Como é possível visualizar, a classificação distingue entre três grandes níveis: identificável, identificável com intermédio de âncora, não-identificável. A identificabilidade ou não-identificabilidade dos referentes parte da distinção entre sintagmas nominais definidos e sintagmas nominais indefinidos. Elementos definidos foram interpretados como indicadores de identificabilidade e, a partir daí, classificados entre as categorias de elementos considerados identificáveis (pela situação, textualmente, intertextualmente).

A identificabilidade do referente também pode ser possível graças à presença de uma âncora. E, por fim, encontram-se os sintagmas nominais referenciais em que há ausência de definitude, tomada como indicadora de novidade.

2.1.1 *Referentes identificáveis*

Uma vez estabelecida a classificação no plano da identificabilidade, os fatores que determinarão em que nível hierárquico de novidade o referente será enquadrado são os aspectos contextuais, trata-se de uma classificação pragmática.

O nível mínimo de novidade é atribuído aos referentes identificáveis pela situação. Entidades situacionalmente identificáveis são os participantes do discurso e outros componentes salientes do contexto extratextual. Um exemplo é o referente *o filme* em:

- (10) Como acabamos de ver, *o filme* mostra um marinheiro e seus animais a caminho da África.

Os referentes também podem ser identificados textualmente, de duas maneiras. No primeiro caso (1BI), o referente já foi pré-mencionado no texto de forma referencial e é retomado. Como o referente *o nativo* no exemplo:

- (11) *Um nativo* apareceu com uma raquete de tênis, *o nativo* brincou com o papagaio.

A segunda possibilidade é a de que o referente tenha sido textualmente introduzido, porém não mediante um sintagma nominal referencial. Esse nível de identificabilidade, 1BII, abarca casos como a retomada de um sintagma nominal introduzido atributivamente e de maneira predicativa, como no exemplo:

- (12) O marinheiro e seus animais estavam à procura de *terra firme*, derrepente avistam *terra firme*.

Nesse exemplo, a segunda aparição do sintagma nominal *terra firme* é referencial e foi classificada como (1BII), ou seja, trata-se da retomada de um sintagma nominal não-referencialmente pré-mencionado (a primeira menção atributiva de *terra firme*). As nominalizações também foram abarcadas por essa categoria, pois utilizam

material lingüístico anterior e transformam-no em referencial, como em:

- (13) O marinheiro e seus animais *viajavam* em seu navio, *a viagem* foi bastante longa.

Os referentes também podem ser identificáveis por intermédio da intertextualidade. Segundo Beaugrande e Dressler (1981), a intertextualidade relaciona-se às diversas maneiras pelas quais a produção e a recepção de determinado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, diz respeito aos fatores que tornam a leitura e a compreensão de um texto dependente de outros textos previamente existentes. Portanto, por intertexto entende-se o universo dos textos (falados e escritos) que representa o conhecimento dos integrantes de uma população de comunicadores.

O primeiro tipo de referentes identificáveis intertextualmente é aquele denominado, por Prince, *unused*. Ele se dá quando o falante acredita que um referente é de conhecimento de seu interlocutor, sendo considerado apenas *antes não-ativado* no texto atual. No exemplo:

- (14) *O mar* estava revoltado.

O mar é considerado *unused*.

A outra categoria de referentes identificáveis intertextualmente é a inferível. De acordo com Prince, uma entidade de discurso é inferível se o falante assume que seu interlocutor pode inferir, por via lógica, e identificar um referente pelas entidades identificáveis mencionadas anteriormente e/ou outras inferências possibilitadas pelo texto ou pela situação comunicativa. Um exemplo é:

- (15) O Dr. Doolittle vai para *a prisão* deles, mas a ave pode fugir e pegar *a chave*.

Esse exemplo se enquadra no que foi identificado por Hawkins (1978) como anáfora associativa. O SN *a prisão* desencadearia uma série de associações dentre as quais se encontra *a chave*. Assim, ao mencionar o SN *a chave*, o falante pode fazer uso do artigo definido por pressupor que o interlocutor deduzirá que se trata da *chave da prisão*. Essa categoria de inferência foi considerada dedutiva (1CIIa).

Blühdorn identifica um outro tipo de processo inferencial, como no exemplo:

- (16) Um homem viajou com *seus animais* para África. *O macaco* foi o primeiro a entrar no barco.

De acordo com o autor, quando nos deparamos com o referente *seus animais*, não é possível deduzir automaticamente *o macaco*. O processo inferencial nesse caso é retroativo, a ocorrência do referente *o macaco* permite que o interlocutor possa induzir que no conjunto de animais previamente mencionado existia um macaco. Nesse caso, o uso do artigo definido não se justifica pela expectativa antecipada, como no exemplo (15), mas sim pela sua processualidade *ex post*. Essa categoria de inferência foi denominada inferência indutiva (1CIIb).

Chafe (1996) também aponta uma diferença entre duas modalidades de processos inferenciais. Embora situe a distinção entre as modalidades no campo do contraste entre identificabilidade e acessibilidade, o autor ressalta que em um dos processos inferenciais estariam em operação associações essenciais e, no outro, não-essenciais. São as associações não-essenciais que parecem estar em operação nas inferências indutivas. Nesse processo, tem-se que, ao mencionar, por exemplo, o referente *seus animais* e subsequente-mente mencionando *o macaco*, a associação é suficiente para tornar o referente *o macaco* identificável, mas ele não pode ser considerado já semiativo na consciência do interlocutor, o que caracteriza o processo indutivo.

2.1.2 *Referentes identificáveis por intermédio de âncora*

Os referentes identificáveis por meio de sintagmas nominais com âncora são aqueles em que a identificação é possível graças ao suporte de elementos lingüísticos formais (a âncora) que estabelecem um vínculo entre o referente novo, que está sendo introduzido, e um referente identificável.

A âncora se dá normalmente sob a forma de possessivos, sentenças encaixadas ou sintagmas preposicionados adnominais que permitem a identificação do referente. No exemplo:

(17) O filme mostra um marinheiro e *seus animais*.

O referente *animais* é identificável devido à presença da âncora, representada pelo pronome possessivo *seus*. Portanto, o sintagma nominal completo *seus animais* foi classificado como 2. A âncora *seus* retoma, por sua vez, o referente *marinheiro* e, por ser ela mesma também um recurso referencial, foi paralelamente classificada como pertencente ao nível 1BI (retomada de referente previamente mencionado).

Outro exemplo de referente classificado como (2) é:

(18) A ave pode fugir e joga a bola na *casa do líder*.

A *casa* torna-se identificável pela presença do sintagma nominal encaixado *o líder*. É interessante apontar que, no trecho do qual foi extraído este exemplo, o referente *o líder* não havia sido pré-mencionado, trata-se de um sintagma nominal inferível por meio do referente *canibais*, previamente mencionado. Esse exemplo ilustra a gama de possibilidades dos processos de ancoragem que podem se realizar no discurso.

É necessário salientar, no entanto, que existe também a possibilidade de ocorrerem âncoras nulas, como no exemplo:

(19) Ele quebrou *o braço*.

Nesse caso, pode-se dizer que existe um genitivo nulo, o pronome *seu* que, embora não explícito, permite a identificação do referente. No entanto, no presente modelo foram considerados como ancorados apenas os sintagmas nominais em que se tinha uma âncora explícita. O sintagma nominal *o braço* foi, portanto, classificado como inferível dedutivamente (1CIIa).

2.1.3 Referentes não-identificáveis

O grau máximo na escala de novidade da informação é ocupado pelos referentes novos, isto é, não-identificáveis. São sintagmas caracterizados pela ausência de definitude e podem ser exemplificados pelo referente *uma ilha* em:

(20) O homem e seus animais chegaram *numa ilha*.

2.1.4 Algumas reflexões sobre o modelo de análise

Cabe destacar, no entanto, que a tipologia para o presente estudo foi configurada para análise de textos simples, produzidos por falantes ainda sem domínio pleno da língua. Para dar conta da análise de textos mais complexos, seria necessário um refinamento futuro do modelo.

Como ponto a ser possivelmente refinado, pode-se apontar a categoria 1BI. Essa categoria acabou por tornar-se bastante abrangente e pouco discriminadora. Por exemplo:

(21) *Um homem e seus animais* partiram em um navio. Haviam algumas pessoas se despedindo, entre elas, um menininho que acenava com um lenço e derramava algumas lágrimas.

Chegou a noite, depois o dia. Até que o navio bateu. *Seus tripulantes* conseguiram escapar, mas, infelizmente, o navio afun-

dou! (Redação de uma falante nativa de português da segunda faixa etária.)

Como pode ser observado no trecho em destaque, há uma troca mais significativa por um sinônimo na retomada dos referentes iniciais. Para verificar a referência, o leitor terá de partir de processos inferenciais, como foi proposto por Marcuschi (2000), embora os referentes tenham sido previamente mencionados.

De modo a não tornar o modelo mais complexo, optou-se por considerar essas trocas por sinônimos como uma manutenção da cadeia referencial. No entanto, é importante ressaltar que a tipologia adotada ainda não é plenamente satisfatória em relação a esse tipo de retomada da referência.

2.2 Descrição dos sintagmas nominais referenciais

A segunda parte do modelo detém-se à análise sintática do sintagma nominal referencial. Para tanto, são apresentados inicialmente alguns fundamentos teóricos que nortearam a criação da tipologia para descrição sintagmática.

2.2.1 *Fundamentos para a descrição dos sintogmas nominais*

A tipologia de descrição estabelecida para a análise dos sintagmas nominais referenciais teve por base esclarecimentos apresentados por Blühdorn (1994, p. 171 et seq.) acerca do sintagma nominal. Para o autor, o sintagma nominal padrão, que pode ocorrer em qualquer trecho do discurso, responde, tipicamente, a quatro perguntas:²

- (i) Sobre qual tipo de objeto (categoria) versa o falante?

² Essas perguntas foram elaboradas pelo autor a partir de seu texto (BLÜHDORN, 1994).

- (ii) Trata-se de que quantidade desse objeto?
- (iii) O objeto representa uma parcela de uma quantidade maior pressuposta no universo discursivo? De que parcela se trata?
- (iv) O falante versa sobre um objeto específico, identificável no universo discursivo? Como sua identidade pode ser verificada pelo receptor?

Os recursos lingüísticos prototípicos que respondem à primeira questão são os substantivos (denominados “descritores” na terminologia de Searle ([1969]1995)). No sintagma nominal *o prato*, o descritor *prato* caracterizaria o objeto como prato. De acordo com o autor, a descrição teria por função apoiar o receptor na criação de uma representação cognitiva do “objeto”

Os quantificadores e a categoria gramatical de número forneceriam a informação relativa à segunda pergunta, à quantidade do “objeto” Os quantificadores são divididos em quantificadores de contagem e quantificadores de medição. Ao primeiro grupo pertencem os numerais cardinais (como *um, dois, dez*, etc.) e elementos como *muitos, alguns, diversos* entre outros. O segundo grupo engloba o *muito* e o *tanto*.

O conjunto de elementos que respondem à terceira indagação abrange os chamados quantificadores restritivos (*cada, todo, todos* e *ambos*). Esses quantificadores distinguem-se dos quantificadores simples por pressuporem um determinado conjunto ou uma determinada quantidade daquilo que o substantivo especifica.

A quarta pergunta estabelecida pelo autor é respondida pela classe dos determinantes, que inclui o artigo definido, os demonstrativos e os possessivos. É a essa classe que cabe a função de determinar a identificabilidade de um “objeto” no universo discursivo, e foi considerada o foco da descrição sintática deste modelo.

Na explicitação feita por Blühndorn, é possível notar os papéis distintos atribuídos aos quantificadores e aos determinantes no in-

terior do sintagma nominal. Essa distinção foi tema de alguns trabalhos de Vater (1984, 2001).

Vater (2001) apresenta a trajetória percorrida pela categoria “artigo”, que continha, na antiga gramática grega, o artigo definido e o artigo indefinido. Em sua análise, é dado primeiramente destaque ao estruturalismo, visto que foi responsável pelo prolongamento da antiga classe dos artigos, que passou a ser chamada de classe dos “determinantes”. À categoria “determinantes” foram adicionados os demonstrativos, os possessivos e os indefinidos.

O critério fundamental para a unificação dos pronomes e do artigo definido em uma única classe foi o fato de essas categorias possuírem um comportamento sintagmático (em sua ligação com os adjetivos e substantivos) e paradigmático (ao virem na mesma posição) semelhante. Exemplo:

(22) *Os / esses / nossos / alguns* livros foram encontrados.

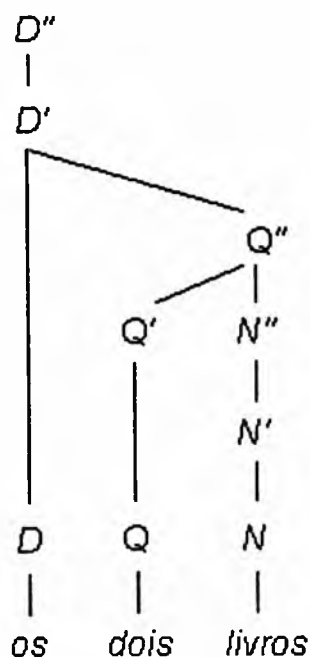
Alguns autores, no entanto, perceberam que, com a unificação, duas classes de natureza diversa ainda permaneceram incluídas no conjunto dos determinantes, uma das classes tinha por característica quantificar e a outra, identificar. A divisão em duas categorias distintas, a dos determinantes e a dos quantificadores, deu-se antecipadamente por Glinz (1952).

A unificação do artigo definido aos pronomes e a distinção entre quantificadores e determinantes também permeou os estudos gerativistas. Abney (1987) postulou até mesmo que a determinação seria a realização de uma categoria funcional D(et), que forma a cabeça de um *determiner phrase* (DP).

Ao serem considerados membros da categoria dos determinantes, os pronomes também foram descritos como DPs, com a particularidade de serem intransitivos. Desse modo, existiriam DP transitivos como *o homem*, em que o determinante *o* tem o nome *homem* como complemento, e DP intransitivos, como o pronome *ele*.

Por sua vez, os quantificadores formariam, de acordo com Löbel (1989) e Bhatt (1990), um *quantifier phrase* (QP). Desse modo, o quantificador funciona como cabeça da estrutura, e a função do QP é a quantificação, sendo regido pelo quantificador. O exemplo (23) ilustra a descrição de um DP que contém um QP:

(23)



Como um dos fundamentos para não se considerar determinantes e quantificadores uma classe única, Vater aponta a possibilidade de combinação entre ambos, exemplo:

(24) Eu tenho três discos. *Os três* são interessantes.

O fato de os quantificadores poderem vir separados do SN complemento, o que geralmente não ocorre com os determinantes, também é apontado como um indício para se tratar de classes diversas.

Em termos semânticos e conceituais, a distinção é clara: a determinação é a marca da definitude. Um sintagma nominal defi-

nido significa que ele pode ser identificado pelo falante e pelo ouvinte. Para o autor, a indefinitude não precisaria ser marcada, trata-se simplesmente da ausência de definitude. Já os quantificadores não são marcados quanto à definitude e podem, por esse motivo, se unir a determinantes sem ocasionar ambigüidade quanto a se o SN é definido ou indefinido. No exemplo (24), o sintagma *os três* ou o sintagma completo *os três livros* é, portanto, marcado quanto à definitude e à quantificação.

Maior problemática de adoção dessa distinção é encontrada com o “artigo indefinido”, especialmente no português. Isso porque, a língua alemã, por exemplo, permite a ocorrência de frases como:

- (25) *Das eine Glas ist leer.*
[o um copo está vazio]

Frases como essas reforçam, na língua alemã, a hipótese da combinabilidade como um indício de que duas categorias distintas estão em uso (o quantificador *um* e o artigo definido *o*). Mas cabe também mencionar que muitos outros autores não seguem Vater. Dentre eles, destacam-se Zifonun, Hoffmann e Strecker (1997) que consideram o artigo indefinido *ein* marcador de indefinitude e distinguem-no de um adjetivo *ein* homônimo, que é usado em construções como *das eine Glas*.

A esse respeito, o português apresenta uma dificuldade adicional, pois exemplos como “o um copo está vazio” são agramaticais. Esse fato faz com que autores, como, por exemplo, Neves (2000) avaliem também a existência de dois tipos distintos de *um*, em um caso sendo o artigo indefinido e em outro, o numeral *um*. Ao primeiro caberia a marcação da indeterminação, não da singularidade, já o numeral *um* estaria afirmando a singularidade, ou a qualidade de ser único. Para a autora, do ponto de vista da quantidade, isso significaria que, no caso do “artigo indefinido”, fala-se em “pelo menos um” e no caso do numeral, em “exatamente um”

A esse respeito Blühdorn³ apresenta uma alternativa de interpretação que permite ser possível considerar a existência apenas do quantificador *um*. Na medida em que se considera a indefinidade puramente a ausência de definitude, a existência de um artigo indefinido não se justifica. O *um* é interpretado como um numeral e, juntamente com outros numerais, pode ser usado em sintagmas nominais indefinidos. Pode-se dizer, por exemplo:

(26) Eu tenho *um carro novo*. ou Eu tenho *dez carros novos*.

Em ambos os casos o sintagma nominal é indefinido. O fato de o *um* não ter a possibilidade de ser combinado com o artigo definido, como em outras línguas, sugere que o *um* não se comporta exatamente como os demais numerais em língua portuguesa. Para *um* também existe a possibilidade de plural (uns), o que não acontece com *dois*, *três*, entre outros. A hipótese levantada pelo autor é que o *um* deixou de ser um simples numeral.

Em sintagmas com o número *um*, a singularidade é marcada duplamente, pelo singular e pelo numeral. Essa redundância pode levar a uma dessemantização. O *um* estaria perdendo cada vez mais a sua função de quantificar, pois o singular não pode faltar e já quantifica o suficiente. Desse modo, o *um* acaba por se tornar muitas vezes supérfluo, sendo por vezes omitido.

(27) Você tem *um carro*? por Você tem *carro*?

No entanto, nem sempre o *um* é omitido e, nesses casos, ele estaria marcando a contabilidade. *Um* carro é individuativo, enquanto carro pode ser continuativo, carro como massa. O *um* está perdendo cada vez mais sua função de quantificador, mas mantendo a sua função de marcar individuação, tanto na forma singular como na forma plural. Perdeu também a capacidade de entrar em sintagmas

³ Informação transmitida em uma comunicação pessoal.

definidos, restringindo-se aos indefinidos. Para Blühdorn, essa peculiaridade do uso do *um* resultou na sua interpretação como marcador de indefinidade.

Com base em todas as observações feitas anteriormente acerca da descrição sintática, elaborou-se uma tipologia para facilitar a análise dos sintagmas nominais referenciais.

2.2.2 Tipologia para a descrição formal dos SNs

A estrutura abstrata do SN considerada para a descrição dos sintagmas nominais é: D(Q(N(P))), como, por exemplo, *os dois irmãos Silva*. Assim, temos D, o determinante, Q, o quantificador, N, o nome (inclusive eventuais atributos adnominais, como, por exemplo, genitivos) e P, um possível nome próprio.

D toma Q(N(P)) como complemento. Um D sozinho é considerado intransitivo e constitui por si só um SN (*ele*). Um SN sem D (indefinido) tem a posição D vazia, mas possui essa posição (ausência da marca de definitude). Exemplo:

(28) Encontrei Ø três gatos na rua.

Q toma N(P) como complemento. Um Q pode estar sozinho (*dois*), sendo nesse caso intransitivo ou com complemento (*dois macacos*).

N toma P como complemento. Um N sem P é intransitivo (a maioria dos SNs). Mas existem Ns transitivos, como, por exemplo: *doutor Doolittle*.

De modo a apresentar os tipos de formas sintáticas de maneira mais clara e exaustiva, eles foram organizados de acordo com oito possibilidades de combinação. A descrição procura atribuir maior importância à presença ou à ausência de um determinante, fator relevante para a determinação da identificabilidade dos referentes.

Tabela 3. Descrição sintática adotada no presente estudo.

Tipo	Exemplificação	Descrição
0	Ø	Zero
(1)	Ele	D intransitivo
(2)	O senhor	D com complemento (também pode conter quaisquer atributos adnominais, o que importa é a presença do determinante e do seu complemento)
(3)	Alguns	Q sem complemento (e sem determinante)
(4)	Três pássaros	Q com complemento (também pode conter quaisquer atributos adnominais, o que importa é a ausência de um determinante e a presença do quantificador e do seu complemento)
(5)	Canibais	N sem determinante, sem quantificador e sem nome próprio (também pode conter adjetivos e outros atributos adnominais)
(6)	Doutor Doolittle	N sem determinante, sem quantificador, mas com nome próprio (também pode conter adjetivos e outros atributos adnominais)
(7)	Doolittle	Nome próprio (sem determinante, quantificador, nome comum ou outro elemento que não seja nome próprio)

A classificação mostra a diferença entre sintagmas nominais considerados definidos, que contêm um determinante (tipos 1 e 2), e indefinidos, que não contêm determinantes (tipos 3, 4 e 5). Embora se assemelhem aos definidos, os tipos (6) e (7), com nomes próprios, receberam uma numeração própria.

3. COMPLEMENTOS DE ANÁLISE

3.1 Número do referente

Como pôde ser observado, o modelo de análise elaborado prevê uma classificação quanto ao grau de novidade da informação e uma descrição de seu formato sintático. De modo a tornar a análise mais completa, cada sintagma também pode receber uma numeração para que possam ser traçadas as cadeias de correferência e suas fronteiras.

A correferência é interpretada como significando a referência a uma mesma entidade, a uma mesma representação discursiva previamente introduzida no discurso. Desse modo, a cada referente

introduzido no texto atribuí-se um número. Numerações coincidentes significam que se trata de uma relação de correferência. Exemplo:

- (29) *Um homem* (1) viajava em *um barco* (2) para *África* (3). *O barco* (2) trombou em *uma pedra* (4).

Os referentes *um barco* e *o barco* receberam a mesma numeração por terem sido considerados correferentes. Os outros sintagmas nominais referenciais do exemplo correspondem à introdução de um referente no texto.

Em alguns casos é necessária uma marcação de conjuntos para identificar, em uma cadeia de correferência, quais referentes estão sendo retomados. Como no exemplo:

- (30) O médico (1) viajou em um barco (2) com *um porco* (3), *um pato* (4) e *um macaco* (5) [...] os índios (6) prenderam o homem(1) e os animais (7){3;4;5}.

Essa numeração permite acompanhar a progressão referencial com base nos recursos empregados pelos alunos, bem como compreender a estruturação discursiva dos textos, incluindo parágrafos e unidades discursivas.

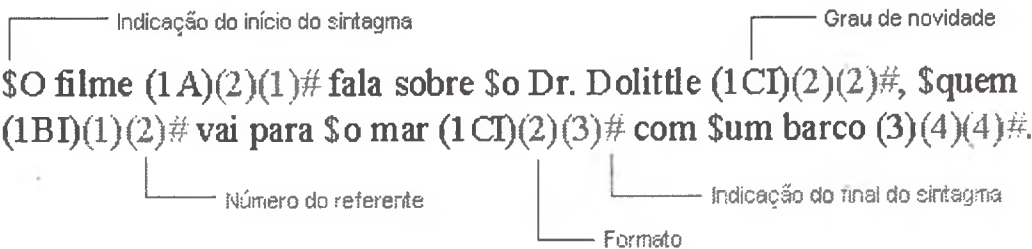
3.2 Programa para compilação automática

Juntamente com a elaboração do modelo de análise foi criado um programa para o aplicativo *Microsoft Word*. O programa desenvolvido tem por objetivo facilitar a quantificação, cruzamento de informações e análises dos fatos verificados. Quando acionado, esse programa executa uma rotina de tarefas que possibilita a compilação das informações textuais desejadas sob a forma de tabelas. As tabelas são compatíveis com os aplicativos *Access* e *Excel*, também da *Microsoft*. Assim, todos os dados podem ser arquivados em uma base de dados em *Excel*, constituindo uma espécie de *corpus* eletrônico de sintagmas nominais referenciais.

O exemplo a seguir ilustra como as marcações para a compilação automática foram feitas no *corpus*. O trecho provém de uma redação de um falante nativo de alemão da segunda faixa etária, há três meses no Brasil.

O trecho original é: *O filme fala sobre o Dr. Dolittle, quem vai para o mar com um barco.*

Introduzidas as marcações e classificações, o texto fica da seguinte maneira:



Cada sintagma referencial encontra-se em um intervalo que vai de \$ a #. O primeiro parêntese, após o sintagma nominal, corresponde à classificação do grau de novidade da informação contida no sintagma. O tipo sintático, correspondente ao sintagma em análise, é observado no segundo parêntese e, por fim, pode-se visualizar o número atribuído ao referente.

Feita a classificação de todos os sintagmas referenciais verificados no texto, o programa passa para a compilação automática e sintetiza todas as informações em tabelas. Ao passar o programa no pequeno trecho apresentado, a tabela gerada é:

Tabela 4. Compilação das informações textuais sob a forma de tabela.

SN	Grau de novidade	Formato	Número do referente
O filme	1A	2	1
o Dr. Dolittle	1CI	2	2
quem	1BI	1	2
o mar	1CI	2	3
um barco	3	4	4

4. EXEMPLIFICAÇÃO DA ANÁLISE

Apresenta-se, a seguir, um trecho integralmente analisado, para que seja possível verificar como são conduzidas as classificações:

Bom, \$Ø(1A)(0)(1)# começou com \$um homenzinho(3)(4)(2)# \$que(1BI)(1)(2)# chamava Dr. Doolittle (não-referencial). N\$um barco(3)(4)(3)# \$ele(1BI)(1)(2)# foi embora com \$um crocodilo(3)(4)(4)#, \$um pássaro(3)(4)(5)#, \$um porco(3)(4)(6)#, \$um pato(3)(4)(7)# e \$um macaco(3)(4)(8)# Quando \$ele(1BI)(1)(2)# foi embora \$a família ou os amigos d*o Dr. Doolittle*(2)(2)(9)# \$*o Dr. Doolittle*(1BI)(2)(2)#tavam chorando. \$Ele(1BI)(1)(2)# navegou por \$muito tempo(3)(4)(10)# n\$o mar(1CI)(2)(11)# e procurou uma ilha (não-referencial). Depois de \$algum tempo(3)(4)(12)# \$ele(1BI)(1)(2)# mandou \$o pássaro(1BI)(2)(5)# para procurar uma ilha (não-referencial). Aí \$ele(1BI)(1)(5)# foi embora.

Redação de um falante não-nativo de português da segunda faixa etária.

É importante explicitar o uso dos asteriscos. Como pode ser verificado no trecho reproduzido, os asteriscos indicam sintagmas nominais encaixados. Como no exemplo:

- (31) Quando ele foi embora \$a família ou os amigos d*o Dr. Doolittle*(2)(2)(9)# \$*o Dr. Doolittle*(1BI)(2)(2)# tavam chorando.

Pode-se observar que o sintagma encaixado (*o Dr. Doolittle*) é classificado na sequência, mantendo ainda os asteriscos que sempre indicarão sua proveniência.

Outra observação em relação ao exemplo (31) é o fato de o sintagma nominal *a família* e *os amigos* terem sido considerados um único referente. Isso se deu porque a classificação empregada levou em consideração não só as palavras usadas pelo falante, mas também a possível intenção do falante ao produzir a expressão. Neste exemplo, torna-se evidente que o falante estava em dúvida quanto a qual seria a melhor forma de estabelecer a referência, isso fez com que fosse considerado como um único referente.

Desse modo, é possível notar que a classificação dos sintagmas nominais referenciais, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo modelo, exige uma tomada de decisão quanto a qual seria a maneira mais adequada de classificar o trecho proferido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise elaborado procura estipular diretrizes para a classificação pragmática e sintática dos sintagmas nominais referenciais em textos orais e escritos de adolescentes falantes nativos e não-nativos de português.

Como uma de suas principais vantagens pode-se apontar a possibilidade de traçar correlações entre as formas sintáticas adquiridas e as funções pragmáticas desempenhadas pelos referentes, o que é muitas vezes pressuposto em outras classificações. O modelo também pode se servir das marcações de cadeias correferenciais, que permitem a análise de um dos eixos fundamentais da constituição textual. Por fim, a possibilidade de contar com um banco de dados de sintagmas nominais referenciais classificados se mostra bastante relevante para auxiliar a compreensão de alguns aspectos do complexo fenômeno: referenciação. Em estudos futuros já serão apresentados os primeiros resultados do emprego desta tipologia de análise, de modo comprovar a sua eficácia e verificar possíveis pontos a serem aperfeiçoados.

BIBLIOGRAFIA

- ABNEY, S. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge/Mass.
- ARIEL, M. (1991). The function of accessibility in a theory of grammar. In: GIORA, R.; KASHER, A. *Cognitive perspectives of language use*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- BEAUGRANDE, R. A. de; DRESSLER, W. U. (1981). *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman.
- BHATT, C. (1990). *Die syntaktische Struktur der Nominalphrase im Deutschen*. Tübingen: Narr.

- BLÜHDORN, H. (1994). Nicht und kein. Zu Auswahl und Verwendung der Negationselemente. *Deutsch als Fremdsprache*, 31, p. 170-5.
- _____. (2001). Generische Referenz. Ein Semantisches oder ein Pragmatisches Phänomen? *Deutsche Sprache*, 29, p. 1-19.
- BROWN, G.; YULE, G. (1983). *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAFE, W. (1996). Inferring identifiability and accessibility. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. *Reference and referent accessibility*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- CHUR, J. (1993). *Generische Nominalphrasen im Deutschen. Eine Untersuchung zu Referenz und Semantik*. Tübingen: Niemeyer.
- DONNELLAN, K. ([1966] 1998). Reference and definite descriptions. *Definite descriptions. A reader*. Cambridge/ Mass.: MIT Press.
- FAVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. (1999). *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez.
- FREGE, G. ([1892]⁴ 1978). *Sobre sentido e referência*. São Paulo: Cultrix.
- GLINZ, H. (1952). *Die innere Form des Deutschen*. München & Bern: Francke.
- HAWKINS, J. A. (1978). *Definiteness and indefiniteness*. London: Croom Helm.
- LINSKY, L. (1967). *Referring*. New York: Humanities Press.
- LÖBEL, E. (1989). Q as a functional category. In: BHATT C. ; LÖBEL E.; SCHMIDT C. (Ed.). *Syntactic phrase structure phenomena*. Amsterdam: Benjamins.
- LYONS, J. (1977). *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARCUSCHI, L. A. (1999). Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. GELNE VII Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 1-4 de setembro.
- _____. (2000). Quando a referência é uma inferência. Palestra ministrada no *Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - Gel. Assis*, 18-20 de maio.
- _____. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- _____. e KOCH, I. G. V. (1998). *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. (Texto manuscrito).
- MARSLEN-WILSON, W. et alii (1982). Producing interpretable discourse: the establishment and maintenance of reference. In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. *Speech, place, and action. Studies in deixis and related topics*. New York: Wiley.
- NEVES, M. H. de M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp.
- PRINCE, E. F. (1981). Toward a taxonomy of Given-New information. In: COLE, P. (Org.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press.
- QUINE, W.V.O. (1960). *Word and object*. Cambridge/ Mass.: MIT Press.
- SEARLE, R. S. ([1969] 1995). *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes.
- STRAWSON, P.F. (1950). On referring. *Mind*, 59, p. 223-55.

⁴ Data da primeira edição.

INGLEZ, Karin Gutz. Um modelo para a análise da referência nominal em narrativas orais e escritas do português brasileiro.

VATER, H. (1984). Determinanten und Quantoren im Deutschen. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*. Vandenhock & Ruprecht.

____ (2001). Die Einsamkeit des unbestimmten Artikels. In: ADAMZIK, K.; CHRISTEN, H. *Sprach Kontakt Vergleich Variation*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

ZIFONUN, G.; HOFFMANN, L.; STRECKER, B. (1997). *Grammatik der deutschen Sprache*. Berlin, Gruyter.

ABSTRACT: A modelo is proposed for the analysis of the nominal reference in oral and written essays of portuguese native speakers and germans learning portuguese as a second language. The model permits a two levels analysis: pragmatic and syntatic, allowing correlations between both. The analisys may be also accompanied with the number of the referential nominalphrases and so the coreference chains can be sketcher. At least the program for the *Microsoft Word* that was developed for this study is presented. It assists the analysis and criation of a data-base of analysed reference nominalphrases.

Keywords: Reference, Orality, Written Language, Essays.